ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA Nº 38, REALIZADA EM 09 DE NOVEMBRO DE 1993.

Aos nove dias do mês de novembro, do ano de mil novecentos e noventa e três, às dezenove horas e trinta minutos, reuniu-se ordinariamente o Poder Legislativo, em sua Sede, sob a presidência do vereador Roque Danilo Exner, estando ainda presentes os seguintes edis: Francisco Exner, Agenor Eloir Schmidt, Jose Führ, Arlindo Vogel, Renato José Schneider, Carlos Henrique Schaeffer, Mauro Moacir Diefenbach e João Adelmo Welter. O Presidente declarou aberta a Reunião e solicitou, de imediato, ao secretário da Mesa Diretora, vereador Renato José Schneider, a procedência da leitura da Ata da Reunião anterior. Colocada em discussão, fez o vereador Arlindo Vogel o comentário de que o vereador João A. Welter dissera que a reunião dos vereadores favoráveis à Administração Municipal, com o Prefeito para discutir os Projetos de Lei que tratavam das Diretrizes Orçamentárias e do Plano Plurianual, não havia sido partidária, mas que não entendia como não podia ser partidária, se somente ele não foi convidado a participar da mesma. Após esse comentário a Ata foi aprovada por unanimidade.

CORRESPONDÊNCIA RECEBIDA - Da Assembleia Legislativa, o Jornal da Assembleia de nº 6268. Do Poder Executivo o ofício de nº 326/Gab/93, encaminhando o Projeto de Lei que autoriza o Poder Executivo a custear despesas parciais com obras de eletrificação rural no Município, e dá outras providências.

ORDEM DO DIA - Houve a votação dos seguintes Projetos: Projeto de Lei nº 73/93, que orça a receita e fixa a despesa do Município de Presidente Lucena-RS para o exercício de 1994 e dá outras providências. O vereador Arlindo Vogel perguntou se foi alterado algo no Projeto. Informando o Presidente da Mesa Diretora, que não houve alterações. Como o parecer da Comissão que avaliou o Projeto, foi favorável, o Presidente colocou-o em votação. Sendo o mesmo aprovado por unanimidade em 1ª (primeira) votação. Projeto de Lei nº 74/93, que autoriza o Poder Executivo a abrir um crédito suplementar no valor de Cr\$ 10.000.000.00 (dez milhões de cruzeiros reais). Em seu parecer, o relator, vereador Agenor E. Schmidt se manifestou favorável. Explicou que esse crédito deveria cobrir os gastos da Administração até o final do ano. Sendo esse aprovado por unanimidade em 1ª (primeira) votação. Projeto de Lei nº 75/93 que autoriza o Poder Executivo a custear despesas parciais com obras de eletrificação rural no Município, e dá outras providências. O relator, vereador José Führ em seu parecer, se manifestou favorável a esse. Sendo o mesmo aprovado por unanimidade em 1ª (primeira) votação.

EXPOSIÇÕES PESSOAIS - O vereador Mauro Diefenbach perguntou ao vereador Arlindo Vogel sobre o publicado no Jornal O Diário de Ivoti, edição do dia 05 de novembro, do corrente ano, referente ao trecho que dizia que os vereadores do PDT votam literalmente com o Poder Executivo. Perguntou por que deveriam votar contra. Que no jornal constava que os vereadores Arlindo Vogel e José Führ se abstiveram de votar por não concordarem com os procedimentos adotados pelos colegas. Que pelo que ele sabia o vereador Jose Führ simplesmente se absteve de votar, não alegando que era por não concordar com as atitudes dos demais vereadores. O vereador Arlindo Vogel disse que até deixou colocar pouco no Jornal. O vereador Mauro M. Diefenbach falou que, se os vereadores achavam que não faltava nada e que os Projetos estavam bons, porque deram esperar 2 (duas) ou 3 (três) semanas para coloca-los em votação. Comentou ainda que houve vazamento de informações da Câmara para o Jornal e que na reunião do dia 03 de novembro passado perguntara quem foi e ninguém se acusara. O vereador Arlindo Vogel falou que foi ele quem deu as informações, e que até deveria ter deixado colocar mais coisas no jornal. Perguntou se o Prefeito convocou os vereadores da posição, ou se os vereadores resolveram fazer uma reunião com o Prefeito. O vereador Mauro M. Diefenbach disse que foi o Prefeito quem convocou a Reunião. O vereador Arlindo Vogel falou que os colegas vereadores, no gabinete do Prefeito combinaram que não aceitariam emendas aos Projetos que tratavam do Plano Plurianual e das Diretrizes Orçamentárias. E por que não convidaram ele a participar da Reunião, já que haviam decidido não alterar mais os Projetos. Que deveriam ter falado na reunião anterior a aquela na qual os Projetos foram colocados em votação que não aceitariam emendas, pois lhe teriam poupado o tempo de estudar os mesmos para apresentar as emendas. O vereador Renato Schneider disse que aceitaram votar as emendas, só que haviam decidido que não alterariam mais os mesmos. O vereador Francisco Exner disse que no jornal estava escrito que os vereadores da posição votavam literalmente com o Executivo, que o vereador Arlindo Vogel quis prejudicá-los mas que acabou favorecendo, pois esse fato mostrou o quanto o partido era unido. O vereador Arlindo Vogel disse que não quis prejudicar os colegas, pois se quisesse, teria mandado publicar que os demais vereadores se reuniram com o Prefeito e decidiram não aceitar emendas. O vereador Mauro M. Diefenbach disse que se os Projetos estavam de acordo, porque deveria se alterar algo. O vereador Arlindo Vogel disse por que o colega então o indicara para ser relator de um dos Projetos, se já estava tudo definido. Aproveitou ainda o instante para pedir que fosse enviada correspondência ao Poder Executivo solicitando informações sobre o publicado no Jornal Zero Hora do dia 06 (seis) de novembro, passado. Pois que a FAMURS colocou no jornal que Prefeituras estavam pagando taxas a empresas de Santa Catarina e Brasília, para acelerarem a liberação de verbas da União. E que o nome de Presidente Lucena também aparecia, como tendo recebido uma verba para eletrificação rural dessa forma. Que essa taxa

era de US\$320,00 (trezentos e vinte dólares). Portanto desejava saber se realmente foi paga essa taxa, de que forma e de onde foi tirado esse dinheiro. Que não era contra a obtenção de verbas porque todo e qualquer dinheiro vinha bem, mas desejava saber, para esclarecer o fato. O vereador Renato J. Schneider também no momento pediu que fosse enviada correspondência ao Poder Executivo, solicitando combate ao borrachudo. O Presidente ainda comentou que o jornalista se propôs a colocar uma mensagem no jornal, alusiva ao primeiro aniversário de emancipação de Presidente Lucena, em nome da Câmara. Ficou decidido então que a câmara deixaria publicar uma mensagem. Como mais nada houvesse para ser deliberado, o Presidente declarou encerrada a Reunião marcando a seguinte em caráter ordinário para o dia 17 de novembro, do corrente ano, no mesmo local e horário. E, para constar, Cesar Alberto Karling, Assessor Legislativo, elaborou a presente Ata, a qual após lida e aprovada será subscrita pelo Presidente e Secretário da Mesa Diretora.